

**Resumo** Este artigo pretende focar questões em torno das contribuições de teóricas feministas, em particular Anne Philips e Iris Young, que questionam, por um lado, a ausência das mulheres do discurso e representação políticos – frequentemente tornadas invisíveis, ou consideradas de valor menor –, e por outro, enunciam e confrontam os novos dilemas na participação política das mulheres nas democracias contemporâneas. Ambas as perspectivas contribuem, de forma espessa, para um repensar das visões e práticas educativas, tanto num sistema formal de educação como para formas institucionais educativas que não se referenciam ao escolar.

**Palavras-chave** mulheres, democracia, participação, representação.

### Introdução

Vivemos num tempo em que se torna instante debater formas de participação e formas de democracia. Tempos em que vamos assistindo a formas múltiplas de exclusão e, em paralelo, tomamos como mais mobilizador e central que, através de construção de formas de organização, nomeadamente, por meio de associações, baseadas numa intervenção reflexiva, se vão encontrando patamares de participação em termos de igualdade ou de equidade, de formas de controlo de um processo político e social pelas próprias pessoas alvo de governação.

Em relação às questões de democracia e participação, as perspectivas e movimentos feministas têm trazido contribuições incontornáveis, necessariamente a ser consideradas e reflectidas. Como algumas autoras vêm referindo, são de anotar as relações entre as tradições de democracia e de feminismo, na base de que ainda que a democracia seja muito menos recente, as duas tradições têm em comum as questões de igualdade e um posicionar-se crítico face a formas de expressão de poder arbitrarias. Também se sublinha que as democracias, no passado, conviveram com formas extremas de subordinação, segregação e exclusão de seres humanos, como a escravatura, e, mais recentemente, com a exclusão de seres femininos da participação na «esfera pública» e na ausência de direitos na casa (Philips, 1991).

Anne Philips lembra que uma mulher chamada Mary Astell em 1700 perguntou como aqueles que não aceitavam o poder absoluto de um rei, podiam aceitar a de um homem-marido, exercendo poderes discricionários e quase absolutos sobre a sua companheira. Noventa anos mais tarde, Mary Wollstonecraft reivindicou que as mulheres tivessem representantes no governo, «em vez de

serem arbitrariamente governadas», sem poderem partilhar o governo. Só no século XIX, é que as mulheres começaram a exigir direitos democráticos para si mesmas.

Este artigo pretende focar algumas questões em torno das contribuições de teóricas feministas, em particular Anne Philips e Iris Young que questionam, por um lado, a ausência das mulheres do discurso e representação políticos, frequentemente tornadas invisíveis, ou consideradas de valor menor, e por outro, enunciam e confrontam os novos dilemas na participação política das mulheres nas democracias contemporâneas. Ambas as perspectivas contribuem, de forma espessa, para um repensar das visões e práticas educativas, tanto num sistema formal de educação como para formas institucionais educativas que não se referenciam ao escolar.

### Como a própria categoria de masculino tem formado e deformado a teoria e prática políticas

O debate sobre democracia tem seguido durante séculos como se as mulheres não existissem, ou, como com Rousseau, reconhecendo-nos apenas para nos mostrar qual o nosso lugar (...). Foi deixado às feministas explorar como o privilegiar, de forma inexorável, não apenas por parte de homens vivos concretos, mas da própria categoria do masculino tem formado e deformado a teoria e prática políticas (Philips, 1991: 2).

É partindo da perspectiva que Anne Philips aqui configura, no sentido em que a ciência política, e as ciências sociais em geral, têm sido construídas em termos de concepções e modelos enformados pelas experiências, interesses e percursos do masculino que melhor se percebe o interesse das teóricas(os), pesquisadoras(es) feministas em questionar essas perspectivas clássicas, a partir das visões e experiências de mulheres e de seres humanos que sofrem exclusões.

As perspectivas sobre democracia que, de forma clássica, procuram incidir sobre «conexão entre as formas estabelecidas – ocultas ou explícitas – do poder social e político, à intersecção entre os sistemas de representação e de participação democráticas e os sistemas de organização política administrativa da forma pública de governo» (Torres, 2001: 15), identificando fontes de poder, e formas de participação e representação, tem-no feito aceitando, com frequência, a exclusão de grupos sociais. Muitas dessas perspectivas contribuíram para ocultar a presença das mulheres, baseando-se em categorias de género neutro: «as mulheres passaram despercebidas nas reivindicações pela igualdade e precisamente nos "por-isso-mesmo-chamados 'direitos do homem'"» (Philips, 1991: 2-3). Noutras perspectivas, desenvolveram-se argumentos misógenos e noutras ainda considerou-se o «desvalor» da participação, experiências e visões de mulheres, deixando-as de fora. E no entanto, muito do trabalho realizado por feministas sobre

conceitos e teorias clássicas da política mostram que o género não é irrelevante e que essas categorias estão saturadas de sexo:

o que inicialmente pareceu uma ausência, através de um exame mais minucioso, mostrou uma presença não falada, mas poderosa, pois que sob o aparentemente inocente disfarce da neutralidade de género, a masculinidade definiu os seus termos (ibidem: 5).

Perante isto, o caminho das perspectivas feministas tem sido o de confrontar seriamente a questão da universalidade, revelando como as categorias e perspectivas não são neutras, encobrindo-se a forma como são construídas na base de uma raiz de uniformidade da experiência humana, disfarçando, por via de um processo que se reclama de universal, a sua parcialidade (cf. Young, 1990a; 1990b; 2000).

### Democracia e representação

Do discurso da ciência política, pode passar-se a uma análise dos processos que se atravessam nas realidades de construção do espaço político da cidadania, da democracia, que se reclamam retoricamente de representar todos os seres que as habitam, e procurar perceber, nos tempos actuais, como a presença de mulheres em postos de direcção do sistema democrático, nas instituições que dão forma a essa democracia, sobretudo no que diz respeito à partilha do poder e aos processos de tomada de decisão, se caracterizam pela sua grande ausência nesses lugares. Sublinha Philips que «qualquer sistema de representação que consistentemente exclui as vozes das mulheres, não é apenas injusto; começa a não contar como representação» (Philips, 1991: 63).

Esta frase de Philips tem um impacto muito especial quando se está centrada sobre as questões de cidadania e de democracia, e em que existe um pressuposto forte de que as pessoas cidadãs são intrinsecamente de valor semelhante (Philips, 1999). Dessa forma, torna-se foco de tensão a exclusão de grupos sociais de áreas específicas da vida social legitimadas como campo de intervenção democrática.

Assim, não pode deixar de vir à colação a sub-representação das mulheres nas instituições de governação política, muito especialmente, podendo mesmo falar-se da sua exclusão. «Que espécie de democracia é esta?», interroga retoricamente Anne Philips (1991: 61), sobretudo quando os pressupostos das democracias são de que somos representados/as nos órgãos que nos dirigem, através de processos livres de eleições, e se verifica que a composição, nomeadamente de parlamentos e outros órgãos políticos, é basicamente masculina, de classe média, branca. «Uma sub-representação sistemática de qualquer categoria social estabelece claramente que existe um problema. Uma tal variação marcada, tomando a população no seu total, não pode nunca ser considerada como um resultado aci-

dental» (ibidem: 63), não se podendo aceitar que, depois desta constatação, se considere que uma representação tão desigual é irrelevante.

Neste sentido, a sub-representação das mulheres (e de outros grupos excluídos) constitui ponto central para a democracia e a cidadania. Não pode deixar de constituir um problema, dados os pressupostos que sustentam aqueles dois processos: «é ingénuo ou desonesto dizer que um grupo pode falar por todos/as nós» (ibidem: 65; cf. Philips, 1999).

Uma das metas propostas é assim uma democracia paritária em que os lugares se distribuíam de forma próxima entre mulheres e homens. A argumentação baseia-se no facto de que as mulheres constituem metade da população, devendo ser assegurada uma igualdade de participação, como uma forma de justiça. É visivelmente uma responsabilidade do estado assegurar igualdade de oportunidades a mulheres e homens, no sentido de contribuir para que possam encontrar melhores formas de realização, que incluem certamente o exercício de cargos políticos na óptica de formas de realização de uma polis mais alargada. Mas várias instituições podem também apresentar, sugerir e pressionar pela adopção de políticas em que se assegurem mudanças que possam reesponder às questões acima enunciadas.

#### Contribuições das mulheres na democracia: perspectivas essencialistas?

Tem sido avançado um tipo de argumento relativo à participação política feminina: as mulheres trarão à política um conjunto de experiências de vida, de visões diferentes dos pares masculinos – com origem nos processos de diferenciação de género –, constatando-se que os interesses das mulheres não estão a ser atendidos nos processos de tomada de decisão, com as formas de presença mais ou menos residual em muitos dos órgãos políticos.

Nas contribuições mais recentes, originadas nas críticas do pós-estruturalismo, tem-se salientado a variabilidade, fragmentação e fragilidade de identidades, que tornam inadequado falar de «mulheres», de «homens», noções que nos podem conduzir a noções «essenciais» de ser humano, convocadas pelos nossos sentidos-comuns, e que expressam uma visão de como se todos/as partilhássemos da mesma noção ou como se se pudesse falar de uma grande homogeneidade entre si, em interesses comuns, em percursos e experiências comuns definidores de forma sistemática dessas figuras. Essas críticas têm posto o acento na heterogeneidade, na mestiçagem, na diversidade, em identidades em mudança.

Assim, tornar-se-ia difícil justificar a presença das mulheres em órgãos de representação e decisão políticas em termos de contribuições específicas de mulheres.

Outro tipo de questões tem também sido levantado, a saber, se a defesa da presença das mulheres se deve a uma noção de que elas, e só elas, podem representar as mulheres como grupo.

Um dos pressupostos da perspectiva de democracia liberal é de que as pessoas eleitas falam em nome das pessoas que os/as elegeram, em termos de responsabilização, mas também da autonomia que lhes é garantida para actuação nos seus cargos. Espera-se pois que as mulheres eleitas só representem as mulheres, ou eleitores/as em geral? Esta é uma questão em que se confronta mais uma vez com a tensão entre interesses de grupo e interesses nacionais, que Philips identifica na perspectiva de Norbert Bobbio.

Há autoras que argumentam que, pelo menos, há um interesse político das mulheres em que mulheres sejam eleitas para cargos políticos. Podem defender e agitar questões que são questões que respondem mais aos interesses de mulheres, na sua diversidade e comunalidade. Mas este argumento é diferente de sustentar que as mulheres eleitas para cargos políticos representam as mulheres como grupo. Como se salientou anteriormente, esta é uma tese problemática, pois se estaria a sustentar argumentos de uma identidade de grupo de mulheres, o que é difícil perante as clivagens existentes entre mulheres, diferenças de «raça», classe, nacionalidade, idade, orientação sexual – diferenças de poder não só material como simbólico. A proposta analítica de Iris Young, em torno do género como serialidade, é justamente um confronto com a ideia de considerar as mulheres como um grupo (cf. Young, 1997). As mulheres, têm sido afirmado em várias análises, não são um grupo homogéneo, e não falam numa única voz.

A argumentação é, assim, mais diversa: o aumento de mulheres em órgãos de decisão pode trazer mudanças nas agendas políticas, mas isso não significa que haja necessariamente essas mudanças nem que as mulheres estejam representadas como mulheres nesses órgãos, pois difícil é sustentar que existem interesses únicos e homogéneos para mulheres.

Penso que o argumento trazido por várias autoras, como Iris Young e Anne Philips, se torna mais nítido em torno de que se trata não só de reconhecer o direito a participar, na base de um estatuto político de iguais, como um reconhecimento do valor intrínseco dessa participação – o que se denominou de «política da diferença» e «política do reconhecimento» (Young, 1990; 2000; Philips, 1999). Procura desconstruir-se o carácter pretensamente universal de cidadania – que oculta a opressão de mulheres e de outros grupos marginalizados – ao mesmo tempo que se posicionam numa busca de uma formulação antiessencialista e que permita reconhecer, ouvir as vozes submetidas e construir uma nova polis numa aliança de arco-íris, e de justiça.

#### A finalizar

Várias das contribuições críticas para pensar a democracia, para além do exercício restringido à realização de eleições, têm focado a importância de se falar de democracia não apenas na esfera pública dos actos e processos governativos mas no que foi construído, pelas perspectivas liberais, como o espaço do

«privado». As várias correntes feministas e da democracia radical/participativa têm trazido essa acentuação, argumentando que dificilmente uma democracia pode ser participada se as várias rotinas da vida não são asseguradas igualmente por homens e mulheres, tendo em mente muito especialmente que estas experimentam constrangimentos de tempo pela dupla tarefa que em geral desempenham. Estas foram questões não abordadas neste artigo, já que a intenção foi sobretudo a de focar questões relacionadas com a participação e representação feminina nos órgãos e instituições de poder político, em sentido estrito – mas considera-se que são questões centrais na concretização de uma participação paritária.

Para terminar, sublinhe-se como as questões aqui enunciadas têm uma relação estreita com processos educacionais pois a democracia participativa tem na sua base uma intencionalidade consciente e reflexiva, na busca da revitalização da esfera pública, e de uma política da diferença, com a presença, visibilidade, autoria e possibilidade de a construir e influenciar, na intervenção de grupos diferentes que ganham identidade e se reclamam de uma visão específica. Os processos educacionais contêm em si o potencial para poderem mobilizar sentidos e aprendizagens, formas de fazer e de saber que tornem as questões de uma participação paritária como parte de um projecto educativo, na manutenção e produção da vida de todos os dias.

### Referências Bibliográficas

- Philips, Anne (1999), *Which Equalities Matter?*, Cambridge, Polity Press.  
 Philips, Anne (1993), *Democracy and Difference*, Cambridge, Polity Press.  
 Philips, Anne (1991), *Engendering Democracy*, Oxford, Polity Press.  
 Torres, Carlos Alberto (2001) *Democracia, Educação e Multiculturalismo – dilemas de cidadania em um mundo globalizado*, Petrópolis, Vozes.  
 Young, Iris M. (2000), *Inclusion and Democracy*, Oxford, Oxford University Press.  
 Young, Iris M (1997), *Intersecting Voices – dilemmas of gender, political philosophy and policy*, Princeton, Princeton University Press.  
 Young, Iris M. (1990b), *Throwing Like a Girls and Other Essays in Feminist Philosophy and Social Theory*, Indiana, Indiana University Press.  
 Young, Iris M. (1990a), *Justice and the Politics of Difference*, Princeton, Princeton University Press.

### Abstract

In this paper the aim is to focus on questions debated by feminists political theorists, like Anne Philips and Iris Young. They discuss women's invisibility from political discourses and representation, on the one side, and on the other, they confront and debate the new dilemmas concerning women's political participation in contemporary democracies. These perspectives contribute, in a dense way, to rethink educational views and perspectives, either in a formal educational system or in non-formal educational perspectives.

**Key words** women, democracy, participation, representation.

### Résumé

On pretend dans cet article examiner questions sur des contributions de theorieennes feministes, en particulier Anne Philips et Iris Young, qui questionnent, d'un côté, l'absence des femmes du discours et de la représentation politiques – frequemment elles sont rendus invisibles ou sont considerées de valeur inférieur –, et d'un autre, cetttes auteurs dénoncent et confrontent les nouveaux dillèmmes concernant la participation politique des femmes dans les démocraties contemporaines. Cetttes perspectives contribuent, d'un forme épaisse, pour repenser les visions and pratiques educatives, tant dans un system formal d'éducation como en formes institutionnelles educatives qui non pas une référence au scolaire.

**Mots-clés** femmes, démocratie, participation, représentation.

**Helena Costa Araújo** é Presidente da APEM. Professora Catedrática da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Doutorada em Sociologia da Educação. Investigadora nas áreas de Sociologia da Educação, Estudos de Género, História das Mulheres, História da Educação, Política Educativa e Formação de Professores. Tem assumido vários cargos de gestão e dinamização de projectos, no contexto universitário e da ONG a que preside.